



Ministério da Fazenda

[Institucional](#) ▾[Órgãos do Governo](#)[Acesso à Informação](#)[Legislação](#)[Acessibilidade](#)[Participe](#)[Atalhos gov.br](#)[Entrar com](#)[SUSEP - Superintendência de Seguros Privados](#)[Reforma do Estatuto Social](#)

Reforma do Estatuto Social

Publicado em 19/08/2022 10:09 | Modificado em 29/09/2026 17:19

Compartilhe:

Documentos necessários:

- Requerimento dirigido à Coordenação-Geral de Autorizações, subscrito pelo diretor responsável pelas relações com a Susep;
- Declaração dos processos de atos societários em apreciação na Susep;
- Lista de acionistas, associados ou conselheiros presentes ao ato, com declaração de que, em caso de representados, foram observadas determinações estabelecidas no art. 126, da Lei n.º 6.404, de 1976;
- Relação completa dos acionistas, associados ou conselheiros na data da realização do ato. No caso de acionistas, devem ser informados aqueles que detenham 15% (quinze por cento) ou mais do capital social, totalizando-se o número de ações representativas do capital social com a expressão "demais acionistas";
- Prova de convocação para o conclave, na forma da lei;
- Ata do conclave;
- Declaração de que foram fielmente observadas as disposições legais atinentes ao quórum de instalação e de deliberação da assembleia realizada;
- Quadro comparativo entre o estatuto social alterado no ato cuja homologação se pretende e o último anteriormente submetido à Susep;
- Relação dos documentos encaminhados (checklist), na ordem que serão apresentados no processo; e
- A Susep, no exame do pedido formalizado pela supervisionada poderá solicitar quaisquer documentos e informações adicionais que julgar necessários.



Observações:

- Os atos societários sujeitos à homologação devem ser protocolados na Susep no prazo de até 30 (trinta) dias após sua realização;
- Toda documentação oriunda de outro país deverá ser devidamente consularizada, salvo documentos provenientes de países com os quais o Brasil tenha celebrado acordo internacional, e estar acompanhada, quando redigida em outro idioma, de tradução ao português, realizada por tradutor público juramentado, na forma da legislação vigente, ressalvada manifestação contrária e expressa da Susep; e
- Para eventuais dúvidas não esclarecidas, contate cgaut@susep.gov.br

Maiores detalhes poderão ser consultados na [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), [Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2020](#) e [Circular Susep nº 700, de 04 de abril de 2024](#).

Prazos para decisão administrativa e níveis de risco

Em atendimento ao Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, a Portaria nº 7677/2020 fixou prazos máximos para a decisão administrativa dos pedidos de atos públicos de liberação da atividade econômica perante a Susep, classificando os níveis de risco a eles relacionados.

Para os atos de modificação do estatuto social, o Anexo I da Portaria prevê os seguintes prazos e níveis de risco:

Item	Atos Públicos de Liberação da Atividade Econômica requeridos à Susep	Prazo (dias)	Base Normativa*	Risco
Seguradora, Entidades Abertas de Previdência Complementar, Entidades de Capitalização, Ressegurador Local e Administradora de Proteção Patrimonial Mutualista	Atos Não Sujeitos à Autorização Prévia - Modificação do Estatuto Social	60	Art. 5º, inciso I, Resolução CNSP nº 422, de 2021; e art. 27 da Circular Susep nº 529, de 2016	Alto - art. 3º, inciso III, do Decreto nº 10.178, de 2019

* Normativos atualizados com base na Circular Susep nº 700, de 04 de abril de 2024, que revogou a Circular Susep nº 529, de 25 de fevereiro de 2016

Ressalta-se que **a contagem dos prazos máximos supramencionados iniciar-se-á somente a partir da instrução processual completa pela interessada**, com a apresentação de todos os documentos necessários à solicitação, conforme o caso (artigo 1º, §2º, Portaria Susep nº 7677/2020).

O prazo para a decisão administrativa poderá ser suspenso uma vez, se houver necessidade de complementação da instrução processual, reiniciando sua contagem após a instrução completa pelo requerente. Ademais, poderá ser admitida nova suspensão caso se observe fato longo da instrução.

Decorrido o prazo concedido pela Susep para atendimento das exigências, **as solicitações que permanecerem com instrução processual incompleta serão arquivadas** (artigo 4º, Portaria Susep nº 7677/2020).

Compartilhe:   

- [ACESSO À INFORMAÇÃO](#) 
- [DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES](#) 
- [ASSUNTOS](#) 
- [PLANOS E PRODUTOS](#) 
- [CANAIS DE ATENDIMENTO](#) 
- [SERVIÇOS](#) 
- [CENTRAL DE CONTEÚDOS](#) 

 [Redefinir Cookies](#)

REDES SOCIAIS

  

